

APRESENTAÇÃO

O Decreto nº 11.348, de 01 de janeiro de 2023, marcou uma virada significativa ao transformar o antigo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) na Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), consolidando seu papel central no planejamento e coordenação da Política Nacional de Serviços Penais.

Essa mudança, entre outros aspectos estruturais, implicou uma revisão das competências e atribuições da Diretoria de Políticas Penais (Dirpp), e dando origem à Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais (Dicap). A nova diretoria incorporou a Coordenação Nacional de Alternativas Penais, Coordenação de Monitoração Eletrônica e Coordenação Nacional de Atenção à Pessoa Egressa, demonstrando a relevância dessas políticas no contexto da execução das penas, para além das medidas de encarceramento.

À Dicap foi atribuída a incumbência de promover, coordenar e supervisionar a implementação e administração de alternativas ao encarceramento, monitoração eletrônica e assistência às pessoas egressas do sistema prisional.

Em consonância com a criação da Dicap, a Revista Brasileira de Execução Penal elaborou esta edição dedicada a compilar pesquisas alinhadas aos três eixos temáticos que abrangem as coordenações da diretoria. O objetivo foi construir um sólido repertório de estudos sobre o tema, ampliando a visibilidade das pesquisas realizadas por acadêmicos e operadores do sistema prisional.

A elaboração de uma edição que reúna pesquisas e relatos de experiências sobre alternativas penais, monitoração eletrônica e atenção à pessoa egressa no sistema prisional no Brasil é de extrema importância para a comunidade científica, operadores da execução penal e para a sociedade como um todo. Isso se deve ao avanço do conhecimento científico, embasamento de políticas públicas, melhoria das condições de encarceramento, redução da reincidência e promoção da reintegração dos apenados, orientação de práticas profissionais, e conscientização da sociedade sobre a execução penal.

Portanto, a edição não apenas fortalece o campo acadêmico e profissional, mas também pode gerar impactos positivos significativos na execução penal e na sociedade, promovendo uma abordagem mais justa, eficaz e humanizada em relação ao sistema prisional. Espero que este compêndio inspire e subsidie a realização de novas pesquisas, forneça suporte teórico para aprimorar as políticas existentes e sinalize potenciais indicadores para futuras formulações. Expresso meu sincero agradecimento a todos os envolvidos na elaboração da edição, incluindo autores e autoras, avaliadores externos, e todas as pessoas que contribuíram para sua publicação.

Convido todos e todas a aproveitar, compartilhar e utilizar esses conhecimentos como fonte de referência em suas áreas de atuação.

Boa leitura!

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA

Secretário Nacional de Políticas Penais